

<b>Expresso</b>	Periodicidade: <b>Semanal</b>
09-09-2022	Classe: <b>Informação Geral</b>
	Âmbito: <b>Nacional</b>
	Página(s): <b>1,6,7</b>

# Regra de cálculo das pensões vai mesmo mudar

➔ Governo só **decide em 2023** se repõe poder de compra de reformados ➔ Costa e núcleo duro acreditam que **aumentos seguram apoio** de eleitorado ➔ Classe média e **contas certas** são prioridade <sup>p6</sup>

Fórmula Ministra assume ao Expresso que cumprimento da lei podia pôr em causa o sistema. PR já avisou que quer discussão aberta no Parlamento

# Governo vai mudar cálculo das pensões

Texto **ELSABETE MIRANDA**  
 Foto **NUNO FOX**

Quando em junho garantiu que cumpriria escrupulosamente as regras de atualização anual de pensões em 2022, António Costa fez uma promessa além das suas possibilidades. Com a inflação exatamente as regras significaria dar aos pensionistas um grande aumento no próximo ano, sem precedentes na história, e criar um enorme envergamento permanente para as contas da Segurança Social. Três meses depois, a solução fica a meio caminho: dará todo o dinheiro aos pensionistas a que eles têm direito, mas distribuído de forma diferente. Com isto, salvaguarda os rendimentos dos pensionistas no curto prazo, preserva as contas públicas no futuro, mas não respecta a lei que garantiu que iria aplicar.

Para já, o Governo recusa-se a falar do médio prazo e centra-se no plano anunciado. Preocupação número um: "Não há corte de pensões, nem agora, nem no futuro", sublinha ao Expresso a ministra Ana Mendes Godinho. "É bom que se consiga explicar que estamos a apoiar a recuperação do rendimento dos pensionistas", com o "suplemento extraordinário" e, ao mesmo tempo a "garantir a sustentabilidade da Segurança Social, evitando que, num ano atípico possa pôr em causa todo o sistema", insiste a ministra do Trabalho.

Preocupação número dois: deixar todos os cenários em aberto, para se renar as críticas sobre a perda de rendimentos no futuro. "Não reconhecemos a validade das simulações [que estão a ser feitas] porque ninguém sabe o que vai acontecer em 2024." "Estamos confrontados com o maior aumento da inflação dos últimos 30 anos, vivemos uma situação extraordinária, anómala, atípica. Momentos excecionais requerem respostas excecionais. Só no próximo ano conseguiremos avaliar em que condições se aplicam as regras para 2024", insiste a ministra, lembrando que desde 2016 boa parte dos reformados receberam um acréscimo excepcional que garantia um aumento mínimo de €10.

Rever as regras de atualização das pensões criadas em 2008 pelo então ministro Vieira da Silva é outro trabalho a levar a cabo. "A fórmula não está preparada para momentos de inflação muito alta nem muito baixa", diz Ana Mendes Godinho, que, para este trabalho conta com o grupo de peritos que noutra para rever a sustentabilidade do sistema. Mas esta semana Vieira da Silva já começou a fazer, em entrevistas na comunicação social, a pedagogia para a alteração à sua lei.

**Aviso de Marcelo**  
 O Presidente da República já pediu, numa declaração, que o Governo as-

suma "abertamente" o que pretende fazer. Marcelo considera que há um momento-chave para se perceber até onde está António Costa disposto a ir e esse momento é quando o Executivo esclarecer a base de cálculo para futuros aumentos de pensões.

"Nesse momento, fica claro se o Governo quis apenas dar uma resposta de emergência aos pensionistas ou se tentou alterar a lei da Segurança Social", explicou o Marcelo ao Expresso, lembrando que, se a intenção for mesmo mexer no sistema, então "isso tem que se enfrentar abertamente, com um debate na Assembleia da República".

### Promessas por cumprir

Ao contrário do que acontece com os funcionários públicos, que vivem os seus salários atualizados à luz da vontade política dos governos, nas pensões (e outras prestações sociais), há regras. Ao abrigo de uma lei de 2008, criada pelo então ministro Vieira da Silva, as reformas são atualizadas em função da evolução do crescimento económico e da inflação. Desde então a lei já foi suspensa durante a *troika*, e antes disso, em 2009, quando o país entrou em recessão, para evitar um corte nominal no valor das pensões. E também já foi complementada com aumentos extraordinários, como aconteceu entre 2016 e 2022, para garantir uma subida mínima de €10 às pensões mais baixas.

Chegadas a este ano, com o crescimento e a inflação a dispararem, não seria surpreendente se o Governo congelasse as regras de atualização das pensões. Mas, numa altura em que a comunicação social, entre a qual o Expresso, já fazia contas aos aumentos inesperados que poderiam estar pela frente, o secretário de Estado da Segurança Social foi em maio ao Parlamento dizer que as pensões seriam atualizadas de acordo com as normas legais. Em junho, Costa voltou a asse-

### FRASE

**"Não reconhecemos a validade das simulações que estão a ser feitas" porque ninguém sabe o que vai acontecer em 2024"**

Ana Mendes Godinho  
 Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

gura-lo, de forma taxativa: "Não há a mínima dúvida de que nós iremos cumprir a fórmula, as leis existem para serem cumpridas, e portanto vamos cumprir a lei. Essa lei significa que para o ano vamos ter um aumento do valor histórico das pensões", garantiu na CNN Portugal.

### "Suplemento excepcional" compensa suspensão das regras

Esta semana, o primeiro-ministro corrigiu a mão arranjando uma solução que dá aos pensionistas o mesmo rendimento, mas suspendendo a lei que tinha prometido cumprir. Se as regras fossem aplicadas, tal e qual, de janeiro de 2022 em diante a generalidade dos pensionistas receberia um aumento de 8%. Uma pensão de €800 subiria para €864 e o reformado chegaria ao final do ano com mais €64 no bolso (4 meses x €16).

Os reformados vão receber metade do aumento a que teriam direito para o ano já em outubro, de uma assentada mas sem que o Governo lhe chame adiantamento — trata-se de um "suplemento extraordinário". E, em janeiro, começam a receber a metade que falta, mensalmente — trata-se de uma "regra própria de atualização para 2022". Em termos práticos, um reformado com €800 recebe €400 em outubro, de forma automática e juntamente com a pensão normal, e em janeiro verá a sua pensão subir 4,42% para os €835,4 por mês. Embora esta subida seja inferior aos 8%, ela continua a ser historicamente alta e, no fim do ano, coincide exatamente os menos €64.

Por isso é que o primeiro-ministro diz que, tudo somado, "todos os pensionistas terão até ao final de 2022 um rendimento idêntico ao que resultaria da estrita aplicação da fórmula legal".

Só que uma e outra solução não são a mesma coisa embora tenham o mesmo dinheiro no bolso, em vez de chegar ao fim de 2022 com uma pensão base de €896, chegam com uma reforma de €835,4, e é esse montante que transportam consigo para os anos futuros — isto, se nada for alterado para compensar a diferença. Na prática, isto significa que os reformados terão sempre pensões mais pequenas do que aquelas a que teriam direito, porque os aumentos futuros incidirão sobre uma base menor (ver página 8, caderno de Economia). E por isso que da direita à esquerda, os partidos acusaram o Governo de "hásão" e "truques". Chamar "suplemento" ao que será uma antecipação de rendimento, não assume que a promessa do primeiro-ministro foi ao ar, nem admite que este modelo acaba por limitar o valor das pensões no futuro.

Com **ANGÉLA SILVA**  
 em [amir@expresso.pt](mailto:amir@expresso.pt)



António Costa no Palácio da Ajuda onde anunciou as medidas de resposta à inflação e abriu uma polémica sobre pensões



# Prontos para a guerra, com cláusula de escape à mão

**Decisões de olho na classe média e fe na fidelidade dos pensionistas. Palavra de ordem é não perder a mão nas contas**

O plano anti-inflação era sensível, mais sensível do que o Governo tinha admitido em público, pelo que o diretor de comunicação acompanhou tudo nos bastidores do Palácio da Ajuda até ao momento em que António Costa começou os anúncios. Havia painéis com símbolos para cada uma das oito medidas (uma carteira, uma figura humana com uma bengala, uma chama de gás) e um slogan: "Famílias primeiras". Um não, vários *siggnis* num documento que depois circulou de forma viral pelas redes sociais, num passo galanteado ou mais eficaz do que as TV a passar em direto o discurso. Nesse discurso, Costa anunciou que as pensões terão um aumento extra este ano e mais um crescimento em 2023 correspondente a metade do aumento previsto. Juntas, as medidas baixam certo com o aumento esperado. Só que o primeiro-ministro não tirou a conclusão: dividindo o aumento e não aplicando a fórmula da lei, como tinha prometido em junho, as pensões futuras arriscam perdas permanentes. As reações não tardaram a oposição carregou nos adjetivos ("truque", "manobra", "illusionismo") e no próprio PS inquietaram-se alguns espíritos — em an vindos da UGT, ou um mais codificado apelo de Carlos César a "mais medidas, em off de vários dirigentes. O Governo rapidamente veio em socorro, Costa garantindo que "não haverá qualquer corte" de pensões (nominal, Icia-se). Fernando Medina acrescentando que haverá "seguramente um aumento em 2024". Só que o debate estava instalado — ao ponto de Marcelo, que promulgou tudo num minuto, avisar do Brasil: "Se é para mexer [a fórmula de atualização das pensões], tem de se enfrentar abertamente".

O *finer criticó* do primeiro ministro tem isso por garantido: vai ser preciso mudar a fórmula de cálculo, pelo menos para travar um aumento brutal de pensões em tempos de inflação

multo alta. Sem que o debate se tenha iniciado nos pormenores, há quem defenda que é preciso avalar limites máximos e mínimos para a atualização, para garantir a sustentabilidade futura e também um mínimo de atualização para as pensões mais baixas. Mas também por motivos políticos: "Vai ter graça esse debate, para ver o que dizem aqueles que acusam o Governo de não ter coragem para fazer reformas", diz ao Expresso fonte alinhada com Costa.

O PS tem maioria absoluta e pode fazê-lo sem o PSD — ou com este, se Montenegro levar avante a intenção anunciada de participar no debate. Mas há um problema: os pensionistas são o eleitorado mais fiel ao PS e quem lhe entrega a maioria absoluta. "Tudo isso terá de ser visto com tempo, ponderação e responsabilidade", explica a mesma fonte.

## O socorro de Vieira da Silva

Nos anúncios desta semana, o núcleo duro teve outra preocupação, denunciada pelo ex-ministro Vieira da Silva na quarta-feira à noite: "É de saudades que estes apoios desta vez não foram dirigidos apenas aos sectores mais carenciados da população". Dito de outra forma o Governo fez com que as transferências de €125 e €50 que serão feitas em outubro para as contas das famílias chegassem também à classe média, muito atingida pela crise — e também essencial à maioria absoluta de janeiro.

O som do diapasão é novo e para ser seguido daqui em frente, para evitar um deslizar da confiança no Estado social (ou no Governo).

E há desafios já à porta: no orçamento 2023, apresentado daqui a um mês, Costa tem de decidir em quanto aumentam os funcionários públicos — um eleitor-tipo do PS há décadas —, ou aos muitos apoios sociais que estão há meses em brutal perda de poder de compra. Um aumento muito abaixo da inflação pode ser perigoso para essa confiança no Governo.

Ao que o Expresso sabe, a tentativa de aumentos altos deve sucumbir ao alfa e ao ómega das escolhas de Costa

## AS PENSÕES EM FRASES

**"99,9% dos pensionistas vão receber bônus de meia pensão em outubro"**

António Costa  
primeiro-ministro

**"É uma ilusão que se pretende dar aos pensionistas, que só vão receber aquilo a que tinham direito por via da lei"**

Joaquim Almeida Sarmento  
líder parlamentar do PSD

**"Quando discutirmos o aumento para 2024, logo vemos"**

António Costa  
primeiro-ministro

**"Se é para mexer, tem que se enfrentar abertamente"**

Miguel Rebelo de Sousa  
presidente da República

**"Não tenho nenhum fetiche por aquela fórmula [de cálculo de pensões]"**

José António Vieira da Silva  
Ex-ministro da Segurança Social

e Medina: a redução da dívida pública. Os aumentos das tabelas no Estado devem ficar longe dos 7%, desde logo porque ainda se tem de incorporar as progressões e os aumentos dos técnicos superiores, prioridade de que o Governo não abdica. Com o BCE a subir os juros e a suspender a compra de dívida e com o risco de recessão na Europa a acentuar, Medina quer encolher ao mínimo o risco de Portugal ser de novo empurrado para uma crise de dívidas. Foi por isso que o plano atrasou: as Finanças só deram a Costa a margem que podia ser usada em medidas no final de agosto, já com os números de arrecadação extra de IVA em cima da mesa, para garantir que não haveria derrapagens. Mesmo assim foi entregue, por baixo e com o "truque" nas pensões: para em 2023 o Governo ter margem de manobra para atuar sem derrapar o défice se a recessão chegar.

"Lembro-me bem do que aconteceu na crise de 2008, a chanceler Merkel a dizer aos países que tinham de gastar e, um ano depois, criticou Portugal dizendo 'mas como é que foram gastar tanto'". Lembrou o Marcelo, duas horas depois dos anúncios de Costa, que considerou uma "solução equilibrada". Resta saber se a lição de Sócrates será suficiente para resistir às pressões de dentro e de fora.

Para já os socialistas acreditam que o mero facto de haver aumentos altos nos valores das pensões terá um efeito positivo nos eleitores "ao contrário do que pensa a opinião pública". E que saberão distinguir estas medidas dos cortes efémeros dos tempos da *troika*. "Os portugueses sabem bem o que é um corte", disse Costa na quarta-feira. No núcleo duro o discurso (ainda) é de luta: "Na reforma de 2006 o PS ficou sozinho e teve críticas de todos, depois ficou como nosso marco de responsabilidade". Mas essa reforma foi suspensa em vários anos e agora tem o seu autor, Vieira da Silva, a alinhar com o Governo, dizendo que não faz questão na fórmula de cálculo de pensões que deixou como marca.

DAVID DINIS  
dinis@expressoimpress.pt

## PSD desconfia das contas certas do PS

**Vice-presidente rejeita "solagem" às medidas do Governo. Plano do PSD debatido dia 15**

Ao apresentar o pacote anti-inflação, o primeiro-ministro explicou porque não foi mais longe. Era necessário tomar medidas "sem ditar por terra os objetivos de redução do défice e da dívida". Estará o PS definitivamente apostado em "roubar ao PSD a bandeira das contas certas"? "Espero que o PS esteja a perceber a vontade do eleitorado, que não tolera descontrolo", diz António Leitão Amaro, vice-presidente do PSD, ao Expresso.

O dirigente não teme que o seu partido seja destruído pelos socialistas: "Era só que faltava que o PS quisesse desequilibrar as contas públicas outra vez". Resta saber, defende, "se aprenderam a lição", pelo que o PSD "continua a ter fortes desconfianças quanto à qualidade de gestão orçamental do PS".

E, tendo em conta a situação excecional, aceitará o PSD uma derrapagem do défice? Para o presidente do partido, "a questão não se coloca porque há um excedente monumental nas receitas". O PSD foi claro ao dizer que não havia nenhum impacto no défice no nosso programa e só estávamos a "consumir" cerca de 25% do

excedente", acrescenta Luís Montenegro ao Expresso.

O PSD anunciou o seu "plano de emergência social" a meio de agosto e vai ser discutido no Parlamento na quinta-feira, dia 15. E na segunda-feira, depois do anúncio do Governo, foi elogiado pelo Presidente da República, por ter "aberto portas" a apoios diretos, como o Executivo acabou por decidir. Uma das propostas do PSD é a entrega de "cheques de alimentação" mensais de 40 euros até ao fim do ano a pensionistas e trabalhadores com rendimentos até 1000 euros.

Após a apresentação do plano do Governo, o PSD sinalizou que as medidas seguissem o "conceito" das propostas do

**Leitão Amaro diz que o Governo cometeu um "erro trágico" ao condenar pensionistas a "corte permanente"**

partido, com diferenças de "método". Num reação em que apontou falhas, Leitão Amaro considerou que seria "aburdo" dizer que está "tudo errado", mas não deixou de assinalar que o programa tinha depois do anúncio do Governo, foi elogiado pelo Presidente da República, por ter "aberto portas" a apoios diretos, como o Executivo acabou por decidir.

O diabo está nas "divergências essenciais", ou não divise o Governo cometido um "erro trágico" ao condenar os pensionistas a um "corte permanente", avalia o vice-presidente do PSD. Com este "erro trágico" aliado-se uma nova oportunidade de para o PSD reconquistar o voto dos pensionistas? "Custava tratar deste tema numa perspectiva de ganhos eleitorais", diz. Mas assinala que, "a primeira dificuldade merecerá", avalia o vice-presidente do PSD. Com este "erro trágico" aliado-se uma nova oportunidade de para o PSD reconquistar o voto dos pensionistas? "Custava tratar deste tema numa perspectiva de ganhos eleitorais", diz. Mas assinala que, "a primeira dificuldade merecerá", avalia o vice-presidente do PSD. Com este "erro trágico" aliado-se uma nova oportunidade de para o PSD reconquistar o voto dos pensionistas? "Custava tratar deste tema numa perspectiva de ganhos eleitorais", diz. Mas assinala que, "a primeira dificuldade merecerá", avalia o vice-presidente do PSD.

HÉLDER GOMES  
hgomes@expressoimpress.pt